

HABEAS CORPUS Nº 485.139 - SP (2018/0339500-6)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUSTAVO PICCHI - SP311018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JARDEL PINHEIRO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de JARDEL PINHEIRO DA SILVA, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, no Agravo em Execução n. 0005363-60.2018.8.26.0996.

Depreende-se dos autos que o paciente formulou pedido de progressão ao regime semiaberto e de concessão de livramento condicional, mas o pleito foi indeferido (fls. 57-58).

Inconformada, a Defesa interpôs agravo em execução, mas o eg. Tribunal de origem negou provimento ao recurso (fls. 70-74), conforme v. acórdão, a seguir ementado, **verbis**:

"Execução Penal - Progressão ao regime semiaberto e livramento condicional - Crimes dolosos cometidos mediante emprego de violência ou grave ameaça à pessoa - Condenado primário que não reúne condições pessoais que façam presumir que não voltará a delinquir após ser colocado em regime semiaberto, no qual a atividade laboral se dá normalmente mediante trabalho externo - Falta de requisito subjetivo para a progressão - Entendimento dos arts. 112 e 131, ambos da LEP e do art. 83, parágrafo único, do CP, respectivamente

Em se cuidando de reeducando condenado pela prática de crime doloso, que tenha sido cometido mediante emprego de violência ou de grave ameaça à pessoa, descabe, nos termos dos arts. 112 e 131, ambos da LEP e do art. 83, parágrafo único, do CP, respectivamente, sua progressão do regime fechado para o semiaberto, bem como a concessão do livramento condicional, ainda que seja ele primário e tenham eventualmente sido preenchidos os requisitos objetivos, enquanto não estiver

efetivamente comprovado que reúne condições pessoais mínimas para reinserção social, indicativas de que não voltará a delinquir no regime prisional mais brando ou, em liberdade, no qual a atividade laboral se dá normalmente mediante trabalho externo."

Daí o presente **writ**, no qual a impetrante sustenta que a fundamentação adotada no v. acórdão para manter o indeferimento da progressão de regime é inidônea, pois a gravidade abstrata do delito, longa pena a cumprir e necessidade de maior permanência no cárcere para absorver melhor a terapia penal, não são motivos suficientes para negar-lhe o benefício.

Requer, ao final, a concessão da ordem, para cassar o acórdão impugnado e conceder ao paciente a promoção ao regime semiaberto.

O pedido liminar foi **deferido** às fls. 85-87 "*para determinar que o Juízo das Execuções novamente analise o pedido de progressão de regime de acordo com os requisitos previstos no art. 112 da Lei de Execuções Penais e art. 2º, §2º da Lei n. 8.072/90, afastando a fundamentação anteriormente adotada.*"

Informações prestadas às fls. 92-94 e 99-106.

O Ministério Público Federal às fls. 109-112, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, em parecer com a seguinte ementa:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL E LIVRAMENTO CONDICIONAL. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO PLEITO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO EG. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. INCOMPETÊNCIA DESSA E CORTE SUPERIOR PARA APRECIÇÃO DO REFERIDO PLEITO, SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES/STJ. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DA ORDEM."

É o relatório.

Decido.

O presente habeas corpus encontra-se prejudicado.

De acordo com as informações prestadas pelo e. Juízo da Execução Criminal às fls. 92-94, em virtude da "*notícia de **nova condenação** restam prejudicadas as análises de progressão de regime e do pedido de livramento condicional, até regularização da situação processual do sentenciado.*" (grifei).

Desta forma, diante da substancial alteração do quadro processual informado na inicial, resta configurada a perda superveniente do objeto do presente **writ**.

Ante o exposto, **casso a liminar concedida** às fls. 85-87 e, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, julgo **prejudicado** o presente **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator